

ARISTÓTELES

OBRAS COMPLETAS

RETÓRICA

BIBLIOTECA DE AUTORES
CLÁSICOS

A NATUREZA DA RETÓRICA

A retórica¹ é a outra face² da dialéctica; pois ambas se 1354a ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De facto, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento³, defender-se ou acusar⁴.

Simplesmente, na sua maioria, umas pessoas fazem-no ao acaso, e, outras, mediante a prática que resulta do hábito. E, porque os dois modos são possíveis, é óbvio que seria também possível fazer a mesma coisa seguindo um método. Pois é pos-

¹ Ἡ ῥητορικὴ, adjectivo usado como nome abstracto, correspondendo a ἡ τέχνη ῥητορικὴ.

² Ἀντίστροφος traduz-se normalmente por «correlativo». Na lírica coral, a estrutura métrica de uma στροφή repete-se na ἀντιστροφή, representando a primeira o movimento numa direcção, e a segunda o movimento contrário. Ambos, porém, em coordenação oposta e complementar, como artes que têm semelhanças gerais e diferenças específicas. Como observa E. M. Cope, duas espécies de um mesmo género, a prova; dois modos de prova que afinal se distinguem pela diferença dos meios probatórios que empregam: um, o silogismo formal completo e a indução geral; o outro, o entimema formalmente incompleto e o exemplo (*The Rhetoric of Aristotle, with a Commentary*, Cambridge, University Press, 1877, p. 2). Este paralelismo entre retórica e dialéctica é aliás aceite por Cícero, ao traduzir a afirmação de Aristóteles por «ex altera parte respondere dialecticae» (*Orator*, 32.114).

³ Como na dialéctica.

⁴ Como na retórica.

sível estudar ⁵ a razão pela qual tanto são bem sucedidos os que agem por hábito como os que agem espontaneamente, e todos facilmente concordarão que tal estudo é tarefa de uma arte ⁶.

Ora, os que até hoje compuseram tratados de retórica ocuparam-se apenas de uma parte dessa arte ⁷; pois só os argumentos retóricos ⁸ são próprios dela, e tudo o resto é acessório. Eles, porém, nada dizem dos entimemas ⁹, que são afinal o corpo da prova, antes dedicam a maior parte dos seus tratados a questões exteriores ao assunto; porque o ataque verbal ¹⁰, a compaixão, a ira e outras paixões da alma semelhantes a estas não afectam o assunto, mas sim o juiz ¹¹. De sorte que, se se aplicasse a todos os julgamentos a regra que actualmente se aplica em algumas cidades, sobretudo nas bem governadas, aqueles autores nada teriam para dizer.

⁵ Θεωρεῖν significa literalmente «ver», mas com a implicação de «teorizar», daquilo que pode ser objecto de teorização ou estudo.

⁶ Como τέχνη, a retórica é, para Aristóteles, um corpo de regras e princípios gerais que a razão pode conhecer, uma forma de ἐπιστήμη, por oposição à mera ἐμπειρία, o grau intermédio entre a simples experiência prática e o conhecimento plenamente científico (cf. W. M. A. Grimaldi, *Aristotle, Rhetoric I: A Commentary*, New York, Fordham University Press, 1980, pp. 4-6).

⁷ Como observa Grimaldi, esta frase tem sido objecto de várias leituras, mas leituras que não põem em causa a essência do seu sentido. O próprio contexto explicita o que Aristóteles tem em mente, pois anuncia a seguir que o que os tecnógrafos contemporâneos fizeram foi apresentar apenas uma pequena parte da τέχνη. Ao criticá-los, por se concentrarem basicamente no estímulo de uma resposta emocional, Aristóteles está simplesmente a dizer que eles apenas escreveram sobre uma pequena parte da arte retórica. Não nega, portanto, que os πάθη sejam parte da arte retórica. O que põe em causa é o seu mau uso.

⁸ O termo πίστις difere no sentido conforme os contextos: fé, meio de persuasão, prova. Em Aristóteles, significa normalmente «prova», «prova lógica», «argumentação», «argumento lógico» ou «argumento retórico». A partir daqui, traduzimo-lo simplesmente por «prova». Aristóteles distingue duas categorias de provas — artísticas e não artísticas — e classifica as primeiras em três espécies: prova ética, prova lógica e prova emocional ou patética.

⁹ Entimema é um silogismo retórico: a forma dedutiva de argumentação retórica que tem no paradigma a sua forma indutiva.

¹⁰ Διὰβολή, ataque verbal calunioso, que inspira a suspeita.

¹¹ Nada tem a ver com os factos essenciais, mas são meramente um aspecto pessoal do homem que está a julgar o caso.

Pois todos entendem que as leis o devem referir, e alguns adoptam mesmo a prática proibindo que se fale fora do assunto, como também acontece no Areópago, e com toda a razão; pois está errado perverter o juiz incitando-o à ira, ao ódio ou à compaixão. Tal procedimento equivaleria a falsear a regra que se pretende utilizar.

Além disso, é manifesto que o oponente nenhuma outra função tem que a de mostrar que o facto em questão é ou não é verdadeiro, aconteceu ou não aconteceu; quanto a saber se ele é grande ou pequeno, justo ou injusto, não havendo uma definição clara do legislador, é certamente ao juiz que cabe decidir, sem cuidar de saber o que pensam os litigantes.

É, pois, sumamente importante que as leis bem feitas determinem tudo com o maior rigor e exactidão, e deixem o menos possível à decisão dos juízes. Primeiro, porque é mais fácil encontrar um ou poucos homens que sejam prudentes e capazes de legislar e julgar, do que encontrar muitos. Segundo, porque as leis se promulgam depois de uma longa experiência de deliberação, mas os juízos se emitem de modo imprevisto, sendo por conseguinte difícil aos juízes pronunciarem-se rectamente de acordo com o que é justo e conveniente. E, sobretudo, porque a decisão do legislador não incide sobre um caso particular, mas sobre o futuro e o geral ¹², ao passo que o membro da assembleia e o juiz têm de se pronunciar imediatamente sobre casos actuais e concretos. Na sua apreciação dos factos, intervêm muitas vezes a amizade, a hostilidade e o interesse pessoal, com a consequência de não mais conseguirem discernir a verdade com exactidão e de o seu juízo ser obscurecido por um sentimento egoísta de prazer ou de dor.

Quanto ao mais, voltamos a dizê-lo, importa deixar à decisão soberana do juiz o mínimo de questões possível, mas não se lhe deve subtrair a tarefa de verificar se um facto ocorreu ou não, se virá ou não a ocorrer, se tem ou não existência real, pois não é possível que o legislador preveja todos esses casos.

E, se o que dizemos é exacto, não resta a menor dúvida de que matérias externas ao assunto são descritas como arte por aqueles que definem outras coisas como, por exemplo, o que devem conter o proémio ou a narração, e cada uma das de-

¹² Cf. *Ethica Nicomachea* V 14, 1137b13 ss.

mais partes do discurso¹³; pois, ao ocuparem-se destas questões, nada mais os preocupa senão o modo como poderão criar no juiz uma certa disposição. Mas, sobre as provas propriamente artísticas, nenhuma indicação avançam; isto é, sobre aquilo que afinal torna o leitor hábil no uso do entimema.

É por isso que, embora o mesmo método convenha ao género deliberativo e ao judicial, e embora a oratória deliberativa seja mais nobre e mais útil ao Estado que a relativa a contratos, aqueles autores nada têm a dizer sobre o primeiro género, mas todos se esforçam por elaborar a arte do discurso judicial, porque é menos útil dizer algo fora do assunto nos discursos deliberativos, e porque a oratória política é menos nociva que a judicial, por ser de interesse mais geral. No género deliberativo, o ouvinte julga sobre coisas que o afectam pessoalmente e, portanto, o conselheiro apenas precisa de demonstrar a exactidão do que afirma. Mas nos discursos judiciais isso não basta, antes há toda a vantagem em cativar o ouvinte; pois os juízes julgam sobre questões alheias e, por conseguinte, buscando o seu interesse e escutando com parcialidade, acabam por satisfazer a vontade dos litigantes mas não julgam como devem. Por isso, como já disse, a lei proíbe em

1355a muitos sítios falar do que é alheio ao assunto, ao passo que, nas assembleias deliberativas, são os próprios ouvintes que cuidam de o evitar.

Ora, sendo evidente que o método artístico¹⁴ é o que se refere às provas por persuasão¹⁵ e que a prova por persuasão

¹³ Os manuais de retórica demoravam-se no tratamento de cada uma das partes do discurso: nomeadamente o proémio, a narração, as provas e o epílogo.

¹⁴ O estudo da retórica em sentido estrito.

¹⁵ Grimaldi (pp. 19-20) reconhece três significados no termo πίστις: 1) o estado de convicção ou confiança subjectiva que resulta de um raciocínio; 2) o método próprio da arte que produz esse estado de confiança mediante a redução do argumento retórico à sua forma lógica (entimema e exemplo); e 3) as fontes de que procedem as premissas dos argumentos, também assumidas como espécies de prova (ἦθος, πάθος e λόγος). Assim, πίστις tanto significa lealdade, fé, confiança, como significa evidência ou prova digna de fé, e as variantes específicas de natureza mais lógica ou psicológica que essas provas podem assumir (cf. David Hay, «Pistis as 'Ground for Faith' in Hellenized Judaism and Paul», *Journal of Biblical Literature*, 108, 1989, pp. 461-476).

é uma espécie de demonstração (pois somos persuadidos sobretudo quando entendemos que algo está demonstrado), que a demonstração retórica é o entimema e que este é, geralmente falando, a mais decisiva de todas as provas por persuasão; que, enfim, o entimema é uma espécie de silogismo, e que é do silogismo em todas as suas variantes que se ocupa a dialéctica¹⁶, no seu todo ou nalguma das suas partes, e é igualmente evidente que quem melhor puder teorizar sobre as premissas — do que e como se produz um silogismo — também será o mais hábil em entimemas, porque sabe a que matérias se aplica o entimema e que diferenças este tem dos silogismos lógicos. Pois é próprio de uma mesma faculdade discernir o verdadeiro e o verosímil, já que os homens têm uma inclinação natural para a verdade e a maior parte das vezes alcançam-na. E, por isso, ser capaz de discernir sobre o plausível é ser igualmente capaz de discernir sobre a verdade.

Fica portanto claro que os outros autores tratam dentro desta arte o que é alheio ao assunto, como claras ficam as razões por que eles sobretudo se inclinaram para a oratória judicial.

Mas a retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários. De sorte que, se os juízos se não fizerem como convém, a verdade e a justiça serão necessariamente vencidas pelos seus contrários, e isso é digno de censura. Além disso, nem mesmo que tivéssemos a ciência mais exacta nos seria fácil persuadir com ela certos auditórios. Pois o discurso científico é próprio do ensino, e o ensino é aqui impossível, visto ser necessário que as provas por persuasão e os raciocínios se formem de argumentos comuns, como já tivemos ocasião de dizer nos *Tópicos*¹⁷ a propósito da comunicação com as multidões. Além disso, é preciso ser capaz de argumentar persuasivamente sobre coisas contrárias, como também acontece nos silogismos; não para fazer uma e

¹⁶ Dialéctica é, em Platão e Aristóteles, um conceito abrangente. Apresenta-se na *República* de Platão (531-539) como elemento determinante e vital na educação do filósofo. Poderá definir-se como arte dialógica de argumentação que examina proposições hipotéticas e não certas, bem como as suas consequências. Aristóteles ocupa-se teoricamente dela nos seus *Tópicos*.

¹⁷ *Tópicos* I 1.

outra coisa — pois não se deve persuadir o que é imoral — mas para que nos não escape o real estado da questão e para que, sempre que alguém argumentar contra a justiça, nós próprios estejamos habilitados a refutar os seus argumentos. Ora nenhuma das outras artes obtém conclusões sobre contrários por meio de silogismos a não ser a dialéctica e a retórica, pois ambas se ocupam igualmente dos contrários. Não porque os factos de que se ocupam tenham igual valor, mas porque os verdadeiros e melhores são pela sua natureza sempre mais aptos para os silogismos e mais persuasivos. Além disso, seria absurdo que a incapacidade de defesa física fosse desonrosa, e o não fosse a
1355b incapacidade de defesa verbal, uma vez que esta é mais própria do homem do que o uso da força física.

E se alguém argumentar que o uso injusto desta faculdade da palavra pode causar graves danos, convém lembrar que o mesmo argumento se aplica a todos os bens excepto à virtude, principalmente aos mais úteis, como a força, a saúde, a riqueza e o talento militar; pois, sendo usados justamente, poderão ser muito úteis, e, sendo usados injustamente, poderão causar grande dano.

É, pois, evidente que a retórica não pertence a nenhum género particular e definido, antes se assemelha à dialéctica. É também evidente que ela é útil e que a sua função não é persuadir mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso, tal como acontece em todas as outras artes; de facto, não é função da medicina dar saúde ao doente, mas avançar o mais possível na direcção da cura, pois também se pode cuidar bem dos que já não estão em condições de recuperar a saúde. Além disso, é evidente que pertencem a esta mesma arte o credível e o que tem aparência de o ser, como são próprios da dialéctica o silogismo verdadeiro e o silogismo aparente¹⁸; pois o que faz a sofística não é a capacidade mas a intenção. Portanto, na retórica, um será retóri-

¹⁸ Como oportunamente observa G. Kennedy, «Rhetoric uses both logically valid arguments and probabilities. The jump to sophistry in the next sentence perhaps implies a recognition that 'the apparently persuasive' and 'an apparent syllogism' include fallacious arguments that initially sound valid in an oral situation but will not hold up under scrutiny. Both the orator and the dialectician need to be able to recognize these» (*op. cit.*, p. 35, n. 30).

co¹⁹ por conhecimento e outro por intenção, ao passo que, na dialéctica, um será sofista por intenção e outro dialéctico, não por intenção mas por capacidade²⁰.

Procuremos agora falar do método em si: do modo como e a partir de que fontes poderemos alcançar os nossos objectivos. Depois de novamente definirmos o que é a retórica, como fizemos no princípio, passaremos a expor o que resta do assunto.

2

DEFINIÇÃO DA RETÓRICA E SUA ESTRUTURA LÓGICA

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir²¹ o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir²². Esta

¹⁹ Na época clássica, ῥήτωρ era o orador, e circunstancialmente também o que desempenhava uma função de liderança na assembleia ou um papel activo no tribunal. No período romano, o termo significa por norma retor, educador, professor de retórica.

²⁰ A aparente obscuridade desta classificação resulta da falta de um termo diferenciador no campo semântico da retórica como acontece no da dialéctica. Como observa Quintín Racionero: «en la dialectica, quien usa rectamente de la facultad o capacidad es ‘dialéctico’ y quien hace un uso desviado de la intención, ‘sofista’. En la retórica, en cambio, el nombre es el mismo en los dos casos — esto es, *rétor*, retórico —, de modo que solo cabe distinguir entre *un rétor por ciencia* (equivalente del dialéctico) y *un rétor por intención* (equivalente del sofista).» De sorte que, «lo que Aristóteles pretende, de todos modos, señalar aquí es que los perjuicios de la retórica, en contra de la crítica platónica, no están ligados al arte o a la facultad oratoria, sino a la intención moral del orador (Aristóteles, *Retórica*, Madrid, Gredos, 1990, n. 29, p. 173).

²¹ Sobre δύναιμις... τοῦ θεωρῆσαι, vide David Metzger, «Aristotle’s Imperative for Rhetoric», in *The Lost Cause of Rhetoric*, Carbondale, Southern Illinois University Press, 1995, pp. 26-49.

²² Da reflexão que Quintiliano faz sobre as várias definições clássicas de retórica (*Institutio oratoria*, 2.1-21), quatro se distinguem como as mais representativas: 1) a definição atribuída a Córax e Tísias, Górgias e Platão (a retórica como πειθοῦς δημιουργός, criadora de persuasão; 2) esta de Aristóteles (retórica como «a capacidade de descobrir os meios de persuasão no tratamento de qualquer assunto»); 3) a atribuída a Hermágoras de Temnos (retórica como «a capacidade de falar bem no que respeita ao tratamento e discussão das questões públicas»); 4) e a de Quintiliano, na

não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; como, por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, a geometria sobre as variações que afectam as grandezas, e a aritmética sobre os números; o mesmo se passando com todas as outras artes e ciências. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso afirmamos que, como arte, as suas regras não se aplicam a nenhum género específico de coisas.

Das provas de persuasão, umas são próprias da arte retórica e outras não ²³. Chamo provas inartísticas a todas as que não são produzidas por nós, antes já existem: provas como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos e outras semelhantes; e provas artísticas, todas as que se podem preparar pelo método e por nós próprios. De sorte que é necessário utilizar as primeiras, mas inventar as segundas.

1356a As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no carácter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar.

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão.

linha dos retóricos estóicos (a retórica como «scientia bene dicendi», 2.15.21). São diferenças que reflectem preocupações distintas, tanto sobre a natureza e a finalidade da retórica como sobre os seus objecto e conteúdo ético.

²³ As expressões ἀτεχνοί πίστεις e ἐντεχνοί πίστεις tanto se podem traduzir por provas não técnicas e provas técnicas, como prefere G. Kennedy, como por inartísticas e artísticas ou extrínsecas e intrínsecas, pois se trata das provas que respectivamente não pertencem ou pertencem, resultam ou não da técnica ou arte retórica.

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. É desta espécie de prova e só desta que, dizíamos, se tentam ocupar os autores actuais de artes retóricas. E a ela daremos especial atenção quando falarmos das paixões.

Persuadimos, enfim, pelo discurso²⁴, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular.

Ora, como as provas por persuasão se obtêm por estes três meios, é evidente que delas se pode servir quem for capaz de formar silogismos²⁵, e puder teorizar sobre os caracteres, sobre as virtudes e, em terceiro lugar, sobre as paixões²⁶ (o que cada uma das paixões é, quais as suas qualidades, que origem têm e como se produzem). De sorte que a retórica é como que um rebento da dialéctica e daquele saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar política. É por isso também que a retórica se cobre com a figura da política, e igualmente aqueles que têm a pretensão de a conhecer, quer por falta de educação, quer por jactância, quer ainda por outras razões inerentes à natureza humana. A retórica é, de facto, uma parte da dialéctica e a ela se assemelha, como dissemos no princípio²⁷; pois nenhuma das duas é ciência de definição de um assunto específico, mas mera faculdade de proporcionar razões para os argumentos.

Sobre a função destas artes e o modo como elas se relacionam entre si, pouco mais nos resta para dizermos o suficiente.

²⁴ Λόγος significa tanto raciocínio como discurso, referindo-se mais propriamente aqui à vertente lógica do discurso persuasivo.

²⁵ Raciocinar logicamente.

²⁶ Compreender o carácter humano, a virtude em todas as suas formas e as paixões.

²⁷ Não é sem razão que Aristóteles aqui evita o uso das categorias formais de género e espécie. Ao dizer que a retórica é uma actividade paralela à dialéctica, ele não está a afirmar que ela é uma espécie da dialéctica, pois contém elementos que dela não são próprios — nomeadamente o efeito persuasivo do carácter e a emoção. Também não afirma que a dialéctica é uma espécie da retórica, embora enfatize a vertente lógica desta e a sua directa relação com ela; e isto talvez porque a dialéctica se ocupa das questões universais e a retórica das particulares (cf. G. Kennedy, 1991, 39, n. 46).

1356b Mas no que toca à persuasão pela demonstração real ou aparente, assim como na dialéctica se dão a indução, o silogismo e o silogismo aparente, também na retórica acontece o mesmo. Pois o exemplo é uma indução, o entimema é um silogismo, e o entimema aparente é um silogismo aparente. Chamo entimema ao silogismo retórico e exemplo à indução retórica. E, para demonstrar, todos produzem provas por persuasão, quer recorrendo a exemplos quer a entimemas, pois fora destes nada mais há. De sorte que, se é realmente necessário que toda a demonstração se faça ou pelo silogismo ou pela indução (e isso é para nós claro desde os *Analíticos* ²⁸), então importa que estes dois métodos sejam idênticos nas duas artes.

Quanto à diferença entre o exemplo e o entimema, ela está clara nos *Tópicos* ²⁹ (pois já aí se falou do silogismo e da indução). Demonstrar que algo é assim na base de muitos casos semelhantes é na dialéctica indução e na retórica exemplo; mas demonstrar que, de certas premissas, pode resultar uma proposição nova e diferente só porque elas são sempre ou quase sempre verdadeiras, a isso chama-se em dialéctica silogismo e entimema na retórica.

É também claro que cada uma destas espécies retóricas tem o seu mérito; pois, o que foi dito na *Metódica* ³⁰ aplica-se igualmente aqui. De facto, uns exercícios retóricos são paradigmáticos e outros entimemáticos; e, de igual modo, uns oradores são melhores em exemplos e outros em entimemas. Não são, portanto, menos persuasivos os discursos baseados em exemplos, mas os que se baseiam em entimemas são mais aplaudidos. Da causa destas diferenças e do modo como se deve usar cada um deles falaremos mais adiante. De momento, tentaremos definir um e outro com mais precisão.

Atendendo a que o persuasivo é persuasivo para alguém (ou é persuasivo e crível imediatamente e por si mesmo, ou parece sê-lo porque demonstrado mediante premissas persuasivas e convincentes), e atendendo a que nenhuma arte se ocupa do particular — por exemplo, a medicina, que não especifica o

²⁸ *Analytica priora* II 23; *Analytica posteriora* I 1.

²⁹ *Tópicos* I 1; I 12.

³⁰ Trata-se de uma obra perdida de Aristóteles. Temos dela notícia em Dionísio de Halicarnasso, *Epistula ad Ammaeum.*, 1.6, 8; no *Catálogo*, 52, de Diógenes Laércio; e em Hesíquio Milésio, *Vita Arist.*

que é remédio para Sócrates ou Cálias mas para pessoas da sua condição (pois isso é que é próprio de uma arte, já que o individual é indeterminado e não objecto de ciência) —, tão-pouco a retórica teorizará sobre o provável para o indivíduo — por exemplo, para Sócrates ou Hípias —, mas sobre o que parece verdade para pessoas de uma certa condição, como também faz a dialéctica ³¹. Pois também esta não forma silogismos de premissas tomadas ao acaso (ainda que assim pareça aos insensatos) mas das que o raciocínio requer, e a retórica forma-os da matéria sobre que estamos habituados a deliberar.

A função desta consiste em tratar das questões sobre as 1357a
quais deliberamos e para as quais não dispomos de artes específicas, e isto perante um auditório incapaz de ver muitas coisas ao mesmo tempo ou de seguir uma longa cadeia de raciocínios. Nós deliberamos sobre as questões que parecem admitir duas possibilidades de solução, já que ninguém delibera sobre as coisas que não podem ter acontecido, nem vir a acontecer, nem ser de maneira diferente; pois, nesses casos, nada há a fazer.

É possível formar silogismos e tirar conclusões, tanto de coisas antes estabelecidas pelo silogismo, como de premissas de que se não formou silogismo mas que o requerem por não serem correntemente aceites. Destas duas linhas de raciocínio, a primeira cadeia de silogismos é necessariamente difícil de seguir devido à sua extensão (pois se supõe que o juiz é uma pessoa simples), e a segunda não é persuasiva porque as premissas nem são admitidas por todos nem são plausíveis. De sorte que é necessário que o entimema e o exemplo se ocupem de coisas que podem ser para a maior parte também de outro modo: o exemplo como indução, e o entimema como silogismo, formado de poucas premissas e em geral menos do que as do silogismo primário ³². Porque se alguma destas premissas for

³¹ Como assinala G. Kennedy, a dialéctica constrói a sua prova sobre a opinião geral, da maioria ou dos sábios. Nos *Tópicos* I 10, 104 ss., estabelecem-se as condições para que uma proposição seja dialéctica: que ela pareça credível aos sábios, sem que ao homem comum pareça incrível.

³² O silogismo plenamente expresso: com premissa maior, premissa menor e conclusão; o entimema: com menos uma premissa, geralmente a menor.

bem conhecida, nem sequer é necessário enunciá-la; pois o próprio ouvinte a supre. Como, por exemplo, para concluir que Dorieu recebeu uma coroa como prémio da sua vitória, basta dizer: pois foi vencedor em Olímpia³³, sem que haja necessidade de se acrescentar a Olímpia a menção da coroa, porque isso toda a gente o sabe³⁴.

Como são poucas as premissas necessárias à formação dos silogismos retóricos (a maior parte dos assuntos sobre que incidem juízos e deliberações pode receber solução diferente, pois deliberamos e reflectimos sobre as acções, todas elas apresentam em comum esta particularidade, e nenhuma delas é, por assim dizer, necessária), e como as coisas que acontecem à maioria e são possíveis apenas se podem provar mediante silogismos formados de premissas semelhantes, tal como as necessárias se concluem das necessárias (o que também sabemos pelos *Analíticos*)³⁵, é evidente que, das premissas de que se formam os entimemas, umas serão necessárias, mas a maior parte é apenas frequente. E, posto que os entimemas derivam de probabilidades e sinais, é necessário que cada um destes se identifique com a classe de entimema correspondente³⁶.

Com efeito, probabilidade³⁷ é o que geralmente acontece, mas não absolutamente, como alguns definem; antes versa sobre coisas que podem ser de outra maneira, e relaciona-se no que concerne ao provável como o universal se relaciona com o particular. Quanto aos sinais³⁸, uns apresentam uma relação do

³³ Os Jogos Olímpicos.

³⁴ O entimema foi posteriormente entendido como um silogismo abreviado, em que uma das premissas, geralmente a maior, não se expressava. Por exemplo: «Sócrates é mortal porque é homem»; ou, na ordem inversa, «Se Sócrates é homem é mortal». Em ambos os casos se assume que «todos os homens são mortais».

³⁵ *Analytica priora* I 8, 29b32-35.

³⁶ O que significa que os entimemas necessários correspondem aos indícios (σημεία ἀνάγκαια ou τεκμήρια), e os frequentemente verdadeiros correspondem às probabilidades (εἰκότα).

³⁷ A probabilidade é uma premissa plausível (ἔνδοξον), na medida em que coincide com uma opinião geralmente admitida.

³⁸ Σημείον é um sinal, signo ou indício de que algo aconteceu ou existe. Por comparação com o conceito de probabilidade, o sinal supõe a relação entre dois factos. Se esta relação for necessária, o sinal chama-se τεκμήριον (argumento concludente ou prova irrefutável). Se não for neces-

particular para o universal, outros uma relação do universal para o particular. Destes sinais, os necessários são *argumentos irrefutáveis*, e os não necessários não têm nome peculiar que traduza a diferença. Chamo, portanto, necessários àqueles sinais a partir dos quais se pode formar um silogismo. E, por isso, é argumento irrefutável o que entre os sinais é necessário, pois quando se pensa que já não é possível refutar uma tese, então pensa-se que se aduz um argumento concludente ou irrefutável [*tekmérion*], como se o assunto já estivesse demonstrado e concluído; visto que *tékmar* [conclusão] e *péras* [fim] significam o mesmo na língua antiga.

De entre os sinais, um é como o particular em relação ao universal; por exemplo, um sinal de que os sábios são justos é que Sócrates era sábio e justo. Este é na verdade um sinal, mas refutável, embora seja verdade o que se diz, pois não é susceptível de raciocínio por silogismo. O outro, o sinal necessário, é como alguém dizer que é sinal de uma pessoa estar doente o ter febre, ou de uma mulher ter dado à luz o ter leite. E, dos sinais, este é o único que é um *tekmérion*, um argumento concludente, pois é o único que, se for verdadeiro, é irrefutável. É exemplo da relação do universal com o particular se alguém disser que é sinal de febre ter a respiração rápida. Este, porém, é também refutável, embora verdadeiro, pois é possível ter a respiração ofegante mesmo sem febre.

Fica, pois, até aqui explicado o que é uma probabilidade, um sinal e um *tekmérion*, bem como o que os distingue. Foi, porém, nos *Analíticos*³⁹ que estes foram mais explicitamente tratados, bem como a razão pela qual certas proposições são impróprias para o silogismo e outras são adequadas à sua formação.

Já referimos que o exemplo é uma indução e de que coisas esta indução se ocupa. O exemplo não apresenta relações da parte para o todo, nem do todo para a parte, nem do todo para o todo, mas apenas da parte para a parte, do semelhante para o semelhante. Quando os dois termos são do mesmo gé-

sária, a conclusão reduz-se a uma mera probabilidade. De sorte que tanto o εἰκός como o σημείον constituem modos da probabilidade real: no primeiro caso, da probabilidade de um facto; no segundo, da probabilidade de uma relação (cf. Quintín Racionero, *op. cit.*, p. 186, n. 59).

³⁹ *Analytica priora* II 27; *Analytica posteriora* I 30.

nero, mas um é mais conhecido do que o outro, então há um exemplo; como quando se afirma que Dionísio tenta a tirania porque pede uma guarda; pois também antes Pisístrato, ao intentá-la, pediu uma guarda e converteu-se em tirano mal a conseguiu, e Teágenes fez o mesmo em Mégara; estes e outros que se conhecem, todos eles servem de exemplo para Dionísio, de quem ainda se não sabe se é essa a razão por que a pede. Todos estes casos particulares se enquadram na mesma noção geral de que quem aspira à tirania pede uma guarda pessoal.

1358a Dissemos o que tínhamos a dizer sobre as fontes das provas por persuasão que parecem demonstrativas. Mas, quanto aos entimemas, a maior diferença e a mais ignorada por quase todos é a mesma que existe entre os silogismos dentro do método dialéctico; pois alguns entimemas são formados de acordo com o método retórico, como também alguns silogismos o são de acordo com o método dialéctico; outros entimemas, porém, são formados conforme outras artes e faculdades, umas já existentes, outras ainda não descobertas. É por isso que estas diferenças não são percebidas pelos ouvintes, e quanto mais se trata o assunto com método mais se sai dos limites da retórica e da dialéctica. O que dizemos ficará mais claro se o expusermos mais pormenorizadamente.

Digo, pois, que os silogismos retóricos e dialécticos são aqueles que temos em mente quando falamos de *tópicos* ⁴⁰; es-

⁴⁰ Não é clara a doutrina aristotélica sobre os *τόποι*, pois Aristóteles nem nos *Tópicos* nem na *Retórica* nos dá deles uma definição explícita. São princípios ou fontes de argumentação de natureza lógica ou retórica, e apresentam-se geralmente divididos em dois grupos distintos: os *ἴδιοι τόποι* e os *κοινὸι τόποι*. Os primeiros apresentam-se como os tópicos relativos a determinadas artes ou ciências, e especificamente apropriados a cada um dos géneros do discurso oratório. Deles se forma o maior número de entimemas. Os segundos apresentam-se como tópicos caracteristicamente retóricos, mais gerais, e aplicáveis a todos os géneros de discurso. Mas esta divisão carece de alguma clarificação. Sendo *εἶδη* o termo técnico privilegiado por Aristóteles para representar as proposições adequadas a cada género, Y. Pelletier sustenta que o primeiro livro da *Retórica* se ocupa das *espécies próprias* de cada género, e a maior parte do segundo ocupa-se das *espécies comuns*, pertinentes em comum aos três géneros oratórios. As primeiras proposições têm por objecto persuadir como útil, justa, bela, ou de qualidade contrária a acção argumentada. As últimas constituem os elementos preparatórios da argumentação principal e têm por objecto persuadir essa acção como possível ou impossível,

tes são os lugares-comuns em questões de direito, de física, de política e de muitas disciplinas que diferem em espécie, como por exemplo o tópico de mais e menos; pois será tão possível com este formar silogismos ou dizer entimemas sobre questões de direito, como dizê-los sobre questões de física ou de qualquer outra disciplina ainda que estas difiram em espécie. São, porém, específicas as conclusões derivadas de premissas que se referem a cada uma das espécies e gêneros; como, por exemplo, as premissas sobre questões de física, das quais não é possível tirar nem entimema nem silogismo aplicável à ética; e outras sobre ética, de que se não pode tirar nem entimema nem silogismo aplicável à física. O mesmo se passa com todas as demais disciplinas. Aqueles raciocínios a ninguém farão compreender qualquer gênero de ciência, pois não versam sobre nenhum assunto particular. Mas os específicos, quanto melhor escolha alguém fizer das suas premissas, mais construirá, sem se dar conta, uma ciência distinta da dialéctica e da retórica. Pois se, por acaso, volta aos princípios, não será já dialéctica nem retórica, mas a ciência de que tomou esses princípios.

Ora a maior parte dos entimemas deriva destas espécies ditas particulares e específicas, sendo em menor número os que derivam das comuns. É portanto necessário fazer também aqui, como nos *Tópicos*, uma distinção entre as espécies e os lugares de que se devem tomar os entimemas. Eu chamo espécies às premissas próprias de cada gênero, e lugares às que são co-

real ou irreal, com maior ou menor índice da grandeza. Mas só os τόποι de que Aristóteles se ocupa no final do segundo livro são, segundo Pelletier, os verdadeiros lugares-comuns, como fórmulas de selecção e estratégias de argumentação «useful for the discovery and construction of a number of different arguments» [«Aristote et la découverte oratoire», III, *Laval Théologique et Philosophique*, 37 (1981), p. 65. Cf. *ibidem*, I, 35 (1979), pp. 3-20; II, 36 (1980), pp. 29-46; III, 37 (1981), pp. 45-67]. Assim, e no seu entender, Aristóteles distingue três categorias de τόποι: os ἴδια εἶδη, que fornecem as premissas adequadas a cada um dos três gêneros do discurso oratório; os κοινά, que fornecem as premissas adequadas a qualquer dos três gêneros; e os κοινὸι τόποι, que constituem os métodos formais de raciocínio «according to which enthymemes can be constructed through the use of the premises provided by the *eide* and *koina*» (L. Arnhart, *Aristotle on Political Reasoning. A Commentary on the «Rhetoric»*, Decalb, IL, Northern Illinois University Press, 1981, p. 51).

muns igualmente a todos. Falaremos, pois, em primeiro lugar das espécies, mas, antes, definiremos os géneros da retórica para que, determinando quantos são, tomemos em separado os seus elementos ⁴¹ e premissas.

3

**OS TRÊS GÉNEROS DE RETÓRICA:
DELIBERATIVO, JUDICIAL E EPIDÍCTICO**

As espécies de retórica são três em número; pois outras tantas são as classes de ouvintes dos discursos. Com efeito, o discurso comporta três elementos: o orador, o assunto de que ^{1358b} fala, e o ouvinte; e o fim do discurso refere-se a este último, isto é, ao ouvinte. Ora, é necessário que o ouvinte ou seja espectador ou juiz, e que um juiz se pronuncie ou sobre o passado ou sobre o futuro. O que se pronuncia sobre o futuro é, por exemplo, um membro de uma assembleia; o que se pronuncia sobre o passado é o juiz; o espectador, por seu turno, pronuncia-se sobre o talento do orador. De sorte que é necessário que existam três géneros de discursos retóricos: o deliberativo ⁴², o judicial ⁴³ e o epidíctico ⁴⁴.

Numa deliberação temos tanto o conselho como a dissuasão; pois tanto os que aconselham em particular como os que falam em público fazem sempre uma destas duas coisas. Num processo judicial temos tanto a acusação como a defesa, pois é necessário que os que pleiteiam façam uma destas coisas. No género epidíctico temos tanto o elogio como a censura. Os tempos de cada um destes são: para o que delibera, o futuro, pois aconselha sobre eventos futuros, quer persuadindo, quer dissuadindo; para o que julga, o passado, pois é sempre sobre actos acontecidos que um acusa e outro defende; para o género epidíctico o tempo principal é o presente, visto que todos louvam ou censuram eventos actuais, embora também muitas vezes argumentem evocando o passado e conjecturando sobre o futuro.

⁴¹ Στοιχεῖα significa aqui τόποι, como em 2.22.13 e em 26.1.

⁴² Ou político.

⁴³ Ou forense.

⁴⁴ Ou demonstrativo.

Cada um destes géneros tem um fim diferente e, como são três os géneros, três são também os fins. Para o que delibera, o fim é o conveniente ou o prejudicial; pois o que aconselha recomenda-o como o melhor, e o que desaconselha dissuade-o como o pior, e todo o resto — como o justo ou o injusto, o belo ou o feio — o acrescenta como complemento. Para os que falam em tribunal, o fim é o justo e o injusto, e o resto também estes o acrescentam como acessório. Para os que elogiam e censuram, o fim é o belo e o feio, acrescentando, eles também, outros raciocínios acessórios. Sinal de que o fim de cada género é o que acabámos de referir, é que por vezes o orador sobre nenhuma outra coisa chega a disputar; por exemplo, o orador forense pode não negar que fez algo ou que agiu mal, mas nunca confessará que cometeu intencionalmente a injustiça, pois então não seria necessário o juízo. Do mesmo modo, os oradores que aconselham prescindirão muitas vezes do resto, mas jamais confessarão que recomendam coisas prejudiciais ou que dissuadem de algo que é proveitoso; não tomam sequer muitas vezes em conta que é injusto escravizar os povos vizinhos, mesmo quando não cometeram nenhuma injustiça. Semelhantemente, os que elogiam e os que censuram não consideram se uma pessoa fez acções convenientes ou prejudiciais, antes com frequência a louvam por haver descuidado os seus interesses pessoais só para cumprir o dever. Louvam, por exemplo, Aquiles por ter ido em socorro do seu amigo Pátroclo, sabendo que tinha por isso de morrer, quando, se o não fizesse, poderia continuar a viver. Para ele tal morte era mais honrosa, mas era conveniente viver ^{1359a} 45.

É evidente, pelo que acaba de ser dito, que é primeiramente necessário ter as premissas destas três coisas ⁴⁶, pois as provas irrefutáveis ⁴⁷, as probabilidades e os sinais são premissas retóricas. Porque, em geral, todo o silogismo se constrói a partir de premissas, e o entimema não é mais do que um silogismo que se deduz das ditas premissas ⁴⁸. Ora, visto que as coisas

⁴⁵ Cf. *Il.*, 18.79 ss.

⁴⁶ O conveniente, o justo, o belo, e seus contrários.

⁴⁷ *Τεκμήριον* é o nome dado ao *ἀναγκαῖον σημεῖον*, a prova necessária, concludente ou irrefutável, por oposição ao *σημεῖον ἀνόνημον*, bem mais próximo do sentido de *εἰκός*.

⁴⁸ Isto é, dos *τεκμήρια*, dos *εἰκότα* e dos *σημεῖα* (evidências ou argumentos irrefutáveis, probabilidades e indícios).

impossíveis não podem ter sido feitas no passado, nem se podem fazer no futuro, que apenas as coisas possíveis o podem, que as coisas irreais e irrealizáveis não podem ter sido feitas no passado ou fazer-se no futuro, é necessário que o orador deliberativo, o judicial e o epidíctico tenham premissas sobre o possível e o impossível, se algo aconteceu ou não, e se virá a ter ou não lugar. Além disso, como todos os oradores, quando elogiam ou censuram, exortam ou dissuadem, acusam ou defendem, não só se esforçam por provar o que disseram, mas também que o bom ou o mau, o belo ou o feio, o justo ou o injusto são grandes ou pequenos, quer falemos das coisas em si, quer as comparemos entre si, é evidente que seria também necessário ter premissas sobre o grande e o pequeno, o mais e o menos, tanto em geral como em particular; como, por exemplo, qual é o maior ou menor bem, a maior ou menor acção justa ou injusta; e o mesmo em relação às demais coisas. Acabamos de referir os lugares onde devemos necessariamente ir buscar as premissas. A seguir, devemos fazer distinção entre cada um deles individualmente; isto é, os que pertencem à deliberação, aos discursos epidícticos e, em terceiro lugar, aos judiciais.

4

O GÉNERO DELIBERATIVO

Importa primeiramente compreender que coisas, boas ou más, aconselha o orador deliberativo, pois não se ocupa de todas as coisas, mas apenas das que podem vir a acontecer ou não. Sobre tudo o que necessariamente existe ou existirá, ou sobre tudo o que é impossível que exista ou venha a existir, sobre isso não há deliberação. Nem mesmo há deliberação para tudo o que é possível; pois, de entre os bens que podem acontecer ou não, uns há por natureza e outros por acaso em que a deliberação de nada aproveitaria. Mas os assuntos possíveis de deliberação são claros; são os que naturalmente se relacionam
1359b conosco e cuja produção está nas nossas mãos. Pois desenvolvemos a nossa observação até descobrirmos se nos é possível ou impossível fazer isso. Ora, não é necessário de momento enumerar com exactidão cada coisa sobre que se costuma deliberação, nem dividi-la em espécies, nem mesmo dar dela uma